



www.teconconcursos.com.br/questoes/1545656

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1601) No que diz respeito às limitações do poder de tributar, aos mecanismos de freios e contrapesos e ao regime de precatórios, julgue o item a seguir.

Para que determinada empresa pública se utilize do regime especial de precatório, é necessário que ela não atue em regime de concorrência com empresas do setor privado e que não tenha objetivo de lucro.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1705323

CEBRASPE (CESPE) - AJ (PGDF)/PG DF/Direito e Legislação/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

1602) Acerca de despesa pública, julgue o item a seguir.

A cessão de precatório judicial de natureza alimentar, por credor de setenta anos de idade a cessionário de trinta anos de idade, não implica perda da sua natureza alimentar nem, por conseguinte, da sua qualidade preferencial para pagamento.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3341679

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Administrativa/Contabilidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1603) Julgue o item subsequente, referente ao Poder Judiciário.

Os candidatos a ministro do STF são de livre indicação do presidente da República, a quem compete privativamente nomeá-los após aprovação pelo Senado Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3378380

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1604) A respeito do recrutamento e da seleção de pessoas, julgue o item seguinte.

Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar os mandados de segurança impetrados contra ato de ministro de Estado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3039387

CEBRASPE (CESPE) - AFTM (Pref Mossoró)/Pref Mossoró/"Sem Área"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1605) A respeito das competências do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item seguinte.

Suponha que ato da Mesa da Câmara dos Deputados tenha determinado a cassação do mandato de um deputado federal acusado de ato de improbidade administrativa e que o referido deputado tenha impetrado mandado de segurança contra tal ato, sob a alegação de que o processo de cassação de seu mandato violara seu direito ao devido processo legal e outros princípios constitucionais. Nessa situação hipotética, o STF tem competência para o processamento e julgamento do referido mandado de segurança, haja vista a alegação de violação de princípios constitucionais no processo de cassação do mandato do deputado federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3172498

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Especializada/Arquivologia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1606) Acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue o item seguinte.

As causas que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem competência para julgar dividem-se entre aquelas que lhe chegam por meio da interposição de recursos e aquelas que são iniciadas diretamente nesse tribunal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2395744

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1607) Julgue o item subsequente, a respeito dos Poderes da República.

É do STF a competência originária para processar e julgar *habeas corpus* impetrado contra ato de chefe de missão diplomática de caráter permanente.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2396022

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Administração/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1608) Acerca das disposições constitucionais sobre os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), os direitos e as garantias fundamentais e o Poder Judiciário, julgue o próximo item.

Membro do STF deverá ser escolhido entre cidadãos com menos de setenta anos de idade e sua nomeação deverá ser realizada pelo presidente da República, depois de a escolha ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2421529

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1609) No que se refere à reclamação constitucional e ao mandado de segurança, julgue o item a seguir, à luz do entendimento do STF.

Compete ao STF apreciar mandado de segurança impetrado contra deliberações negativas do CNMP.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2421530

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1610) No que se refere à reclamação constitucional e ao mandado de segurança, julgue o item a seguir, à luz do entendimento do STF.

Não se exige aderência estrita do objeto do ato reclamado ao conteúdo da decisão paradigma para que seja cabível a reclamação constitucional.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2637615

CEBRASPE (CESPE) - Ana TI (DATAPREV)/DATAPREV/Advocacia/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1611) No tocante à ação direta de inconstitucionalidade, à reclamação constitucional e à ordem social, julgue o item a seguir.

A reclamação constitucional é espécie processual cujo julgamento atinge apenas órgãos judiciais quando tiver havido descumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2007368

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1612) A Câmara dos Deputados convocou o ministro da educação a prestar pessoalmente informações relativas a erros na impressão de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ministro da educação recebeu o pedido, porém não compareceu na data aprazada, por entender que essa convocação violava a CF.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com as disposições constitucionais acerca do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

A ausência injustificada do ministro da educação configura crime de responsabilidade, a ser julgado com exclusividade pelo Senado Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2157803

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1613) Considerando a jurisprudência do STJ e do STF naquilo que for pertinente, julgue o item que se segue.

O Poder Judiciário, por conta do princípio da supremacia da Constituição, tem competência para fazer o controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208599

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1614) No tocante às disposições constitucionais referentes ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

É de competência do Supremo Tribunal Federal (STF) o processamento e o julgamento originários das contas do presidente da República, o que será feito com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2613264

CEBRASPE (CESPE) - ATS (MCom)/MCom/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1615) A respeito dos três Poderes, das funções essenciais à justiça e da comunicação social, julgue o item a seguir.

Se o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região declarar a inconstitucionalidade de lei federal, caberá recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1536643

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1616) A respeito dos princípios fundamentais, de emenda constitucional, do direito ao sigilo e da organização político-administrativa do Estado, julgue o item subsequente.

Consoante dispositivo constitucional, compete ao STF o processamento de julgamento de descumprimento de tratado de extradição, por ser matéria que ofende a soberania externa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1624332

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1617) Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente.

Cabe originariamente ao STF processar e julgar *habeas data* contra ato de ministro de estado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1624333

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1618) Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente.

Cumpra ao STF julgar o recurso ordinário de *habeas corpus* decidido em única instância pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1730635

CEBRASPE (CESPE) - Of (PM AL)/PM AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1619) Com relação a aspectos do direito constitucional e às disposições da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Havendo aprovação prévia pelo Poder Legislativo e posterior sanção pelo presidente da República, não caberá manifestação do advogado-geral da União na hipótese de apreciação, pelo Supremo Tribunal Federal, da inconstitucionalidade de norma legal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1191536

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

1620) Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue.

Compete ao STF processar e julgar o presidente da República por infrações penais comuns.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3374011

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Direito/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Súmulas Vinculantes (art. 103-A da CF/1988)

1621) Em relação ao controle de constitucionalidade e aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir, com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do STF.

A súmula vinculante, uma vez editada pelo STF, produz efeitos imediatos, podendo a corte, por decisão de 2/3 de seus membros, restringir seus efeitos ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de outro momento, por razões de segurança jurídica ou excepcional interesse público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2367840

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Súmulas Vinculantes (art. 103-A da CF/1988)

1622) A respeito do princípio republicano, da hermenêutica constitucional, das súmulas vinculantes e das limitações ao poder constituinte, julgue o item a seguir.

A compreensão prevalente na doutrina a respeito das súmulas vinculantes é a de que elas vinculam o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto a maioria desse tribunal não as alterar ou cancelar de forma expressa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1790261

CEBRASPE (CESPE) - AFCA (SEFAZ AL)/SEFAZ AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Das Súmulas Vinculantes (art. 103-A da CF/1988)

1623) Acerca das decisões do Supremo Tribunal Federal com efeitos vinculantes e temas correlatos, julgue o item a seguir.

É incabível reclamação constitucional que, sob a alegação de desrespeito a súmula vinculante, vise impugnar ato judicial transitado em julgado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3249802

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1624) No que se refere ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir, de acordo com a CF.

No exercício de suas atribuições constitucionais, caso se depare com crime contra a administração pública, o Conselho Nacional de Justiça poderá enviar representação ao Ministério Público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3346116

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Judiciária/"Sem Especialidade"/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1625) A respeito de *habeas corpus*, da atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do controle de constitucionalidade, julgue o item seguinte, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O CNJ pode realizar os controles difuso e concentrado de constitucionalidade no desempenho das funções que constitucionalmente lhe são estabelecidas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3347994

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1626) Tendo por base o texto da Constituição Federal, julgue o item a seguir a respeito do Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça tem atribuição para rever de ofício os processos disciplinares de juízes, observado o prazo constitucional.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3599496

CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/Direito/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1627) Julgue o seguinte item, referente ao Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça, composto por 15 membros com mandato de 2 anos e possibilidade de uma recondução, possui competência para rever processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano, podendo também avocar processos disciplinares em curso e aplicar sanções administrativas, inclusive a remoção ou disponibilidade, sempre assegurada a ampla defesa aos investigados.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2846450

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Fotografia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1628) Acerca do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue o item a seguir segundo a Constituição Federal e o entendimento do STF.

Entre os órgãos do Poder Judiciário previstos na Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça é o único que desempenha atividade de natureza exclusivamente administrativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2992758

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Administrativa/Pedagogia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1629) O pagamento da remuneração de determinado servidor ocupante de cargo público de nível médio de tribunal regional eleitoral foi suspenso sob a justificativa de ele acumular o cargo público com um emprego público de nível médio em autarquia. O servidor contestou a medida, alegando que, além de haver compatibilidade de horários para o exercício de ambos, a Constituição Federal de 1988 não proíbe a acumulação de cargo e emprego públicos em diferentes instituições.

A partir da situação hipotética anterior, julgue o item seguinte.

É correto afirmar que, na situação apresentada, a suspensão do pagamento da remuneração do servidor foi determinada pelo CNJ, pois a este órgão compete controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e servidores.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2996023

CEBRASPE (CESPE) - TJ CNJ/CNJ/Administrativa/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1630) Julgue o item que se segue, a respeito das competências do STF e do CNJ, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do STF.

A competência disciplinar do CNJ abrange os magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2996024

CEBRASPE (CESPE) - TJ CNJ/CNJ/Administrativa/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1631) Julgue o item que se segue, a respeito das competências do STF e do CNJ, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do STF.

O STF não é instância recursal revisora geral e irrestrita das decisões administrativas tomadas pelo CNJ no regular exercício das atribuições constitucionalmente estabelecidas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3202215

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1632) No que concerne ao Estado federal brasileiro, à administração pública e à organização dos Poderes e do Ministério Público, julgue o item subsequente.

O Conselho Nacional de Justiça, enquanto órgão de controle do Poder Judiciário, possui competência tanto para editar atos normativos quanto para fiscalizar os tribunais a fim de que cumpram os referidos atos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1997418

CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1633) Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

Compete ao Conselho Nacional de Justiça efetuar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2003520

CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1634) De acordo com as disposições constitucionais relativas ao Conselho Nacional de Justiça e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

O Conselho Nacional de Justiça integra a estrutura do Poder Judiciário e não exerce jurisdição.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2210296

CEBRASPE (CESPE) - AAE (SEE PE)/SEE PE/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1635) No que diz respeito aos Poderes Legislativo e Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

O Conselho Nacional de Justiça compõe o Poder Judiciário brasileiro, mas, diferentemente dos demais órgãos do Judiciário, não tem função jurisdicional.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1509481

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1636) Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o seguinte item.

Não há representantes da justiça eleitoral nem da justiça militar no plenário do Conselho Nacional de Justiça.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1509695

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Controle Externo/Direito/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1637) Com relação aos poderes da República, julgue o item a seguir.

O Conselho Nacional de Justiça substitui o Tribunal de Contas da União no que tange à supervisão orçamentária dos atos dos tribunais federais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1896488

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Gestão de Ativos e Parcerias/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1638) O Ministério da Justiça firmou acordo de cooperação com a Defensoria Pública e o Conselho Nacional de Justiça, o qual possibilita ao Estado a prestação de assistência jurídica gratuita a todos que declararem insuficiência de recursos.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue, referentes aos órgãos envolvidos e ao direito objeto do acordo.

O Conselho Nacional de Justiça é um órgão administrativo de controle interno do Poder Judiciário, sem função jurisdicional.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1190946

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Direito/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1639) No que tange ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Ministério Público e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue o item subsequente.

Se as indicações de membros para compor o CNJ não forem feitas no prazo legal pelos seus respectivos órgãos, a escolha caberá ao presidente da República.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1191538

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

1640) Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue.

O STF é o órgão responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira de todo o Poder Judiciário, bem como do cumprimento funcional dos deveres dos juízes.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3546720

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1641) Julgue o item seguinte, acerca da competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, bem como do conflito de competência.

Conflito de competência entre um juiz estadual e um juiz federal deve ser resolvido pelo tribunal regional federal ao qual estiver vinculado o juiz federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3546721

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1642) Julgue o item seguinte, acerca da competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, bem como do conflito de competência.

Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, desembargadores dos tribunais de justiça dos estados por eventual prática de crimes comuns.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3546722

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1643) Julgue o item seguinte, acerca da competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, bem como do conflito de competência.

Compete ao STF dirimir conflito de competência entre juízes federais vinculados a tribunais regionais federais distintos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2777805

CEBRASPE (CESPE) - Aud Est (CGE RJ)/CGE RJ/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1644) A respeito de direitos e deveres individuais e coletivos, estados, servidores públicos, competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item seguinte, considerando a jurisprudência do STF.

Compete ao STF julgar, em sede de recurso ordinário, as causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, a União, estado, município, o Distrito Federal ou pessoa residente no Brasil.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2995279

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Judiciária/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1645) A respeito do mandado de segurança coletivo e das competências dos órgãos do Poder Judiciário e do CNJ, julgue o item que se segue.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar, originariamente, mandados de segurança contra atos de ministros de Estado.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3186032

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1646) No que diz respeito ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue os itens seguintes.

Caso tanto um juiz do trabalho de um tribunal regional do trabalho quanto um juiz de direito de um tribunal de justiça estadual se considerem competentes para julgar determinada ação relativa a direitos de trabalhadores, competirá originariamente ao STJ julgar o conflito de competência estabelecido entre os juízes.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3188029

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Apoio Especializado/Comunicação Social/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1647) A respeito da jurisdição, julgue o item a seguir.

Uma das competências institucionais do STJ é a uniformização, mediante o julgamento de recurso especial, da interpretação de leis estaduais e federais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3198950

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1648) O Ministério Público de Contas de determinado estado impetrou, perante o STJ, mandado de segurança contra acórdão proferido pelo tribunal de contas do mesmo estado. Na petição inicial, argumentou que o julgamento da corte de contas seria nulo, em razão da participação de dois conselheiros impedidos, cujos votos haviam sido fundamentais para o resultado final do processo.

Considerando a situação hipotética apresentada e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item a seguir.

O STJ tem competência originária para o julgamento do mandado de segurança em questão e, se a decisão final for denegatória, será cabível a interposição de recurso ordinário para o STF.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2395745

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1649) Julgue o item subsequente, a respeito dos Poderes da República.

De acordo com a CF, no recurso especial, haverá a relevância da questão federal infraconstitucional nas ações que tratem de direito do consumidor.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2396019

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Apoio Especializado/Administração/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1650) Acerca das disposições constitucionais sobre os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), os direitos e as garantias fundamentais e o Poder Judiciário, julgue o próximo item.

No recurso especial, cuja competência para julgamento é do STJ, o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso bem como apontar se as hipóteses que podem caracterizar essa relevância estão taxativamente previstas no texto constitucional.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Administração/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1651) Acerca do Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e dos Poderes da República, julgue o item a seguir à luz do disposto na Constituição Federal de 1988.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar, originariamente, as ações contra o CNMP.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1652) No tocante às disposições constitucionais referentes ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) poderá suprir omissão atinente à ausência de regulamentação da atuação dos presidentes dos tribunais de justiça pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), mediante deliberação em sessão plenária, por maioria absoluta de seus ministros, de ofício ou a requerimento dos respectivos tribunais.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE RJ)/TCE RJ/Controle Externo/Direito/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1653) Com relação aos poderes da República, julgue o item a seguir.

Compete ao STJ julgar os membros dos tribunais de contas estaduais que tenham cometido crime de responsabilidade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

1654) Com relação ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue o item:

Membro de tribunal de contas estadual que, no exercício da sua função, cometer ato previsto como crime comum deverá ser processado e julgado originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

1655) No que se refere ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir, de acordo com a CF.

Poderão ser ajuizados processos contra a União na seção judiciária do Distrito Federal, ainda que o autor seja domiciliado em outro estado da Federação.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Sem Especialidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

1656) No que se refere ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir, de acordo com a CF.

As ações rescisórias e as revisões criminais de julgados de um tribunal regional federal são de competência do Superior Tribunal de Justiça.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

1657) A respeito do recrutamento e da seleção de pessoas, julgue o item seguinte.

Compete aos tribunais regionais federais julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3440848

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

1658) Em relação à organização dos Poderes, às comissões parlamentares de inquérito (CPI) e à administração pública, julgue o item a seguir.

Juízes militares serão julgados pelo STM nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da justiça eleitoral.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3599500

CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/Direito/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

1659) Julgue o seguinte item, referente ao Poder Judiciário.

Compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União figure como interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, incluídas as ações de falência quando envolvam empresas públicas federais.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3625436

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

1660) Com base nas disposições da CF, julgue o próximo item.

Compete à justiça federal processar e julgar ação ajuizada por município contra empresa pública federal para a discussão do valor de tarifa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2995277

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Judiciária/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

1661) A respeito do mandado de segurança coletivo e das competências dos órgãos do Poder Judiciário e do CNJ, julgue o item que se segue.

Compete aos tribunais regionais federais processar e julgar, originariamente, *habeas data* contra ato do próprio tribunal ou de juiz federal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3341606

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Administrativa/Contabilidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais e Juízes do Trabalho (arts. 111 a 117 da CF/1988)

1662) Julgue o item subsequente, referente ao Poder Judiciário.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar e processar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3341662

CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT10/TRT 10/Administrativa/Contabilidade/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais e Juízes do Trabalho (arts. 111 a 117 da CF/1988)

1663) Julgue o item subsequente, referente ao Poder Judiciário.

Cabe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho regular os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira da magistratura do trabalho.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3347997

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais e Juizes do Trabalho (arts. 111 a 117 da CF/1988)

1664) Tendo por base o texto da Constituição Federal, julgue o item a seguir a respeito do Poder Judiciário.

Compete à justiça do trabalho julgar as ações relativas às penalidades administrativas que, relacionadas ao descumprimento de normas trabalhistas, tenham sido impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2497978

CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE RR)/PGE RR/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais e Juizes Eleitorais (arts. 118 a 121 da CF/1988)

1665) Acerca da justiça eleitoral, da justiça estadual e da advocacia pública, julgue o item subsequente.

Um quinto das vagas dos tribunais eleitorais deve ser preenchido por juizes egressos da advocacia e do Ministério Público, alternadamente.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2497988

CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE RR)/PGE RR/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Dos Tribunais e Juizes dos Estados (arts. 125 e 126 da CF/1988)

1666) Acerca da justiça eleitoral, da justiça estadual e da advocacia pública, julgue o item subsequente.

Contravenções penais devem ser julgadas pela justiça estadual, mesmo que atinjam interesse da União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2972979

CEBRASPE (CESPE) - Proc (Cach Itapemirim)/Pref Cach Itapemirim/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

1667) No que concerne aos municípios, às prerrogativas parlamentares e ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte.

O critério central de definição da competência da justiça federal para processos não criminais é de natureza material (*ratione materiae*).

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3008048

CEBRASPE (CESPE) - AGP (SEPLAG CE)/SEPLAG CE/Gestão de Desenvolvimento de Pessoas/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

1668) A respeito do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue o item seguinte.

A competência da justiça estadual é subsidiária ou residual, no sentido de que, em linhas gerais, lhe compete julgar as causas que não caibam aos demais ramos do Poder Judiciário.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3192099

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Judiciária/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

1669) A respeito do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, de acordo com a CF e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item a seguir.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na qualidade de órgão do Poder Judiciário com jurisdição em todo o território nacional, tem a atribuição de elaborar o Estatuto da Magistratura.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2890602

CEBRASPE (CESPE) - Ana MP (MPE GO)/MPE GO/Analista Ambiental/Engenharia Agrônoma/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Princípios Institucionais (Ministério Público)

1670) No que se refere às atribuições do presidente da República, à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e ao processo legislativo no âmbito do Poder Legislativo, bem como às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

As normas que disponham sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de cada estado podem ser estabelecidas por lei complementar estadual, sendo a iniciativa dessa lei facultada ao procurador-geral de justiça do respectivo estado, que deve observar o regramento geral definido pelas normas gerais previstas na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, de iniciativa privativa do presidente da República.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2064800

CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Princípios Institucionais (Ministério Público)

1671) No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

Entre os princípios institucionais do Ministério Público, o princípio da unidade assegura a integração de seus membros a um só órgão, sob a chefia de um procurador-geral.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2101869

CEBRASPE (CESPE) - Proc DF/PG DF/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Princípios Institucionais (Ministério Público)

1672) Em relação às funções essenciais à justiça e à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), julgue o item seguinte.

Em virtude do princípio da independência funcional dos membros do Ministério Público, nem mesmo o Poder Judiciário pode determinar que certa pessoa seja processada em ação cível ou criminal a ser ajuizada pelo órgão.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1730638

CEBRASPE (CESPE) - Of (PM AL)/PM AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Princípios Institucionais (Ministério Público)

1673) Com relação a aspectos do direito constitucional e às disposições da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Os princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional restringem-se aos integrantes do Ministério Público da União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2846444

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Fotografia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Funções Institucionais (Ministério Público)

1674) Julgue o item que se segue, tendo como base a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Ministério Público tem legitimidade ativa para impetrar *habeas corpus* com o objetivo de proteger a liberdade de locomoção de pessoa física.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2846447

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Fotografia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Funções Institucionais (Ministério Público)

1675) Acerca do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue o item a seguir segundo a Constituição Federal e o entendimento do STF.

Inexiste qualquer relação de hierarquia entre o Ministério Público Federal e os dois estados, entre o Ministério Público de um estado e o de outro, ou entre os diversos ramos do Ministério Público da União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3186031

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Funções Institucionais (Ministério Público)

1676) No que diz respeito ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue os itens seguintes.

De acordo com a CF, compete ao Ministério Público exercer os controles interno e externo da atividade policial.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2400288

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Judiciária/Comissário da Infância e da Juventude/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Funções Institucionais (Ministério Público)

1677) De acordo com a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.

O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação coletiva em defesa do erário, caso em que atuará como substituto processual, e não como representante legal da entidade pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2400431

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Judiciária/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Funções Institucionais (Ministério Público)

1678) De acordo com a jurisprudência do STF no que tange a funções essenciais à justiça e aos Poderes Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública por meio da qual pretenda anular acordo de natureza tributária pactuado entre empresa privada e Estado-membro.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2421561

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Funções Institucionais (Ministério Público)

1679) No que se refere ao catálogo de direitos humanos e à sua efetivação, julgue o item a seguir, à luz da legislação aplicável e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O Ministério Público não detém legitimidade para defender em juízo os direitos das populações indígenas, uma vez que se trata de competência exclusiva da Defensoria Pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2101873

CEBRASPE (CESPE) - Proc DF/PG DF/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Funções Institucionais (Ministério Público)

1680) A respeito dos Poderes Executivo e Judiciário, das funções essenciais à justiça, do processo legislativo e do controle de constitucionalidade, julgue o item subsequente. Nesse sentido, considere que a sigla CLDF, sempre que empregada, se refere à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O Ministério Público do DF carece de legitimidade para impugnar decisão judicial em trâmite no STF, ainda que se trate de processo oriundo de sua atribuição.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2613101

CEBRASPE (CESPE) - ATCI (MCom)/MCom/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Funções Institucionais (Ministério Público)

1681) A respeito dos três Poderes, das funções essenciais à justiça e da comunicação social, julgue o item a seguir.

O Ministério Público tem legitimidade privativa para propor ação civil pública com vistas à proteção do patrimônio público.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3440852

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Composição do Ministério Público

1682) Julgue o próximo item, acerca das funções essenciais à justiça.

Desde que haja autorização da maioria absoluta do Senado Federal, o procurador-geral da República pode ser destituído por iniciativa do presidente da República.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2890594

CEBRASPE (CESPE) - Ana MP (MPE GO)/MPE GO/Analista Ambiental/Engenharia Agrônômica/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Composição do Ministério Público

1683) No que se refere às atribuições do presidente da República, à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e ao processo legislativo no âmbito do Poder Legislativo, bem como às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

Os Ministérios Públicos dos estados devem formar lista tríplice de integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu procurador-geral, que será

nomeado pelo presidente da assembleia legislativa do respectivo estado, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2157796

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Composição do Ministério Público

1684) Considerando a jurisprudência do STJ e do STF no que for pertinente, julgue o item que se segue.

Os membros do Ministério Público que atuam junto ao tribunal de contas estadual possuem os mesmos direitos, vedações e forma de investidura do Ministério Público comum.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1536650

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Composição do Ministério Público

1685) Com relação ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue o item:

O Ministério Público de Contas da União é o órgão integrante do Ministério Público da União que atua na busca da responsabilidade civil dos que fraudarem o emprego de recursos públicos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1190943

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Direito/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Composição do Ministério Público

1686) No que tange ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Ministério Público e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue o item subsequente.

O procurador-geral da República e os procuradores-gerais de justiça são nomeados, para mandatos de dois anos, pelos chefes do Poder Executivo, após sabatina pelo Senado Federal e pelo Poder Legislativo, respectivamente. Para ambos, é permitida uma única recondução sem necessidade de procedimentos de uma nova sabatina, bastando a nomeação pelo chefe do Poder Executivo competente.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3370904

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Administração/2025

Legislação Específica dos Ministérios Públicos - Lei Complementar Estadual nº 72/2008 (LO MPE-CE)

1687) De acordo com a Lei Complementar estadual nº 72/2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará – MPCE) e com a Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), julgue o item subsequente.

O membro vitalício do MPCE pode, decorridos 2 anos do termo inicial da sua disponibilidade compulsória, requerer ao Conselho Superior do Ministério Público que verifique a cessação dos motivos que a determinaram, devendo o membro do MPCE ser aproveitado na carreira, nos termos da Lei Complementar estadual nº 72/2008.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3039199

CEBRASPE (CESPE) - Ana Proc (PGM Mossoró)/Pref Mossoró/Direito/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Garantias e Vedações (Ministério Público)

1688) Ainda com relação ao direito constitucional, julgue o próximo item.

A vedação de membro do Ministério Público para o exercício de atividade político-partidária impede-lhe a filiação a partido político enquanto ele estiver no exercício de suas funções institucionais.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3172496

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Especializada/Arquivologia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Garantias e Vedações (Ministério Público)

1689) Acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue o item seguinte.

Apesar da garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público, é possível a perda do seu cargo em razão de decisão judicial ou de sanção administrativa, sendo-lhes permitido o afastamento de suas funções apenas em caso de licença ou aposentadoria.

Certo

Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3202216

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Garantias e Vedações (Ministério Público)

1690) No que concerne ao Estado federal brasileiro, à administração pública e à organização dos Poderes e do Ministério Público, julgue o item subsequente.

Sem prejuízo da autonomia financeira do Ministério Público (MP), cabe ao Poder Executivo elaborar a proposta orçamentária do MP e enviá-la anualmente ao Congresso Nacional

Certo

Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2214851

CEBRASPE (CESPE) - Aud Con Sub (TCE PB)/TCE PB/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Garantias e Vedações (Ministério Público)

1691) A respeito dos direitos e garantias fundamentais, da organização político-administrativa do Estado, da administração pública e das funções essenciais à justiça, julgue o próximo item.

A remoção, por permuta nacional, entre membros do Ministério Público dos estados e entre esses e membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem amparo no princípio da unidade do *parquet*.

Certo

Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1191533

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Garantias e Vedações (Ministério Público)

1692) Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue.

O Ministério Público, observando sua autonomia funcional e administrativa, pode propor ao Poder Legislativo a extinção e a criação de cargos e serviços auxiliares para o próprio Ministério Público.

Certo

Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3198687

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Ministério Público junto aos Tribunais de Contas

1693) Em relação às normas que regem o Ministério Público (MP) junto aos tribunais de contas, julgue o item a seguir, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial do STF.

Ao MP junto aos tribunais de contas não se estende a legitimidade processual extraordinária e autônoma aplicável ao MP comum.

Certo

Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3198688

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Ministério Público junto aos Tribunais de Contas

1694) Em relação às normas que regem o Ministério Público (MP) junto aos tribunais de contas, julgue o item a seguir, considerando, no que couber, o entendimento jurisprudencial do STF.

É vedado aos membros do MP junto aos tribunais de contas o exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.

Certo

Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156785

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Ministério Público junto aos Tribunais de Contas

1695) Julgue o item a seguir, com base no sistema de controle adotado pelo ordenamento jurídico nacional.

A Associação Nacional do Ministério Público de Contas, respeitada a pertinência temática, possui legitimidade, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade.

Certo

Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ass Jur (CODEVASF)/CODEVASF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Ministério Público junto aos Tribunais de Contas

1696) No que se refere ao direito constitucional, julgue o item a seguir.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União integra o Ministério Público da União, podendo atuar nas causas que envolvam transferência de recursos federais às empresas públicas.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Ministério Público junto aos Tribunais de Contas

1697) Acerca das normas constitucionais referentes às funções essenciais à justiça, julgue o próximo item.

Ao Ministério Público da União compete a atuação como *custos legis* perante o Tribunal de Contas da União.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Administração de Banco de Dados/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1698) Acerca do Ministério Público, julgue o item a seguir.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, processo disciplinar de servidor do Ministério Público, desde que julgado há menos de um ano.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Papis (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1699) A respeito do Poder Executivo, do processo legislativo e do Ministério Público, julgue o item a seguir.

Cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público exercer o controle dos atos dos membros do Ministério Público, mas isso não significa que o conselho possa interferir na atuação do *parquet* em processos judiciais.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Jurídico/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1700) A respeito do Estado federal brasileiro, dos direitos sociais, dos servidores públicos, do processo legislativo, do Ministério Público e da ordem econômica e financeira, julgue o próximo item.

Ainda que o processo esteja em curso, poderá o CNMP avocar processo administrativo contra membro de Ministério Público estadual.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Especializado/Arquivologia/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1701) De acordo com as disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue o item a seguir.

O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um desses membros indicado pela Câmara dos Deputados, ficando dispensada, para este, a aprovação pelo Senado.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Especializado/Arquivologia/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1702) De acordo com as disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue o item a seguir.

O corregedor nacional do Ministério Público é escolhido, em votação secreta, entre os membros do Ministério Público que integram o CNMP, sendo vedada a recondução.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2421655

CEBRASPE (CESPE) - Ana (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Especializado/Arquivologia/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1703) De acordo com as disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue o item a seguir.

Se um membro do Ministério Público da União (MPU) cometer infração funcional e contra ele for aberto processo administrativo disciplinar, o CNMP não poderá avocar o processo em curso, sob pena de violar a competência disciplinar e correccional do MPU.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2007380

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1704) À luz das disposições constitucionais a respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

A composição do Conselho Nacional do Ministério Público tem vagas destinadas a procuradores do Ministério Público junto aos tribunais de contas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2157161

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1705) No que diz respeito ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue o item que se segue.

O CNMP, presidido pelo procurador-geral da República, é composto por 14 membros, entre os quais se inclui um membro do MP junto aos tribunais de contas.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2157163

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1706) No que diz respeito ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue o item que se segue.

Entre as atribuições do CNMP, está a revisão, inclusive de ofício, de processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos estados julgados há menos de um ano.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2157165

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1707) No que diz respeito ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue o item que se segue.

Não compete ao CNMP conhecer das reclamações feitas contra os serviços auxiliares dos MP dos estados.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2159464

CEBRASPE (CESPE) - TAA (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1708) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) resolveu suspender o pagamento da remuneração de determinado servidor público técnico-administrativo do Ministério Público (MP), por este acumular dois cargos públicos e a soma de suas remunerações ultrapassar o teto do funcionalismo. O servidor ajuizou ação, alegando que possuía independência funcional e que o limite do teto não se aplicaria ao MP, porquanto este é instituição essencial à justiça e não um poder do Estado.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Compete ao CNMP o controle da atuação administrativa e financeira do MP e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e servidores.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2159465

CEBRASPE (CESPE) - TAA (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1709) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) resolveu suspender o pagamento da remuneração de determinado servidor público técnico-administrativo do Ministério Público (MP), por este acumular dois cargos públicos e a soma de suas remunerações ultrapassar o teto do funcionalismo. O servidor ajuizou ação, alegando que possuía independência funcional e que o limite do teto não se aplicaria ao MP, porquanto este é instituição essencial à justiça e não um poder do Estado.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Foi correta a alegação do servidor, uma vez que sua independência funcional decorre de previsão expressa da CF.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2159466

CEBRASPE (CESPE) - TAA (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1710) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) resolveu suspender o pagamento da remuneração de determinado servidor público técnico-administrativo do Ministério Público (MP), por este acumular dois cargos públicos e a soma de suas remunerações ultrapassar o teto do funcionalismo. O servidor ajuizou ação, alegando que possuía independência funcional e que o limite do teto não se aplicaria ao MP, porquanto este é instituição essencial à justiça e não um poder do Estado.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Foi equivocada a alegação do servidor, visto que o MP é um poder do Estado, ao lado dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2159467

CEBRASPE (CESPE) - TAA (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1711) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) resolveu suspender o pagamento da remuneração de determinado servidor público técnico-administrativo do Ministério Público (MP), por este acumular dois cargos públicos e a soma de suas remunerações ultrapassar o teto do funcionalismo. O servidor ajuizou ação, alegando que possuía independência funcional e que o limite do teto não se aplicaria ao MP, porquanto este é instituição essencial à justiça e não um poder do Estado.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Equivocou-se o servidor em sua alegação, porquanto o limite do teto remuneratório dos servidores públicos se aplica ao MP.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1190942

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Direito/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

1712) No que tange ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Ministério Público e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue o item subsequente.

O CNMP não tem competência atribuída diretamente pela Constituição Federal de 1988 para receber e conhecer reclamações nem para aplicar sanções administrativas contra seus servidores auxiliares.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2714862

CEBRASPE (CESPE) - ACE (TC DF)/TC DF/Auditoria/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Ministério Público dos Estados e Distrito Federal e Territórios

1713) Julgue o item a seguir, referente às atribuições do presidente da República, ao controle externo e interno, ao Tribunal de Contas da União (TCU), aos órgãos do Poder Judiciário e ao Ministério Público.

É inconstitucional lei distrital que promova a divisão de competências entre os membros do Ministério Público para o inquérito civil ou para a ação civil pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3361110

CEBRASPE (CESPE) - AA (IBAMA)/IBAMA/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF/1988)

1714) Em relação à ordem econômica e financeira, aos direitos e deveres individuais e coletivos e ao Ministério Público, julgue o item a seguir, considerando as disposições da CF e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Ministério Público dispõe de legitimidade ativa *ad causam* para ajuizar, em favor de terceiros, ação penal de *habeas corpus*.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3374019

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Direito/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF/1988)

1715) A respeito da organização político-administrativa do Estado e dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue o item subsequente, com base na CF e na jurisprudência do STF.

É de iniciativa privativa do presidente da República lei que disponha sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos estados.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3374028

CEBRASPE (CESPE) - Ana Min (MPE CE)/MPE CE/Direito/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF/1988)

1716) Acerca das funções essenciais à justiça e da ordem social, julgue o item a seguir, com base na CF e na jurisprudência do STF.

É inconstitucional lei estadual que restrinja a capacidade eleitoral passiva de membros do Ministério Público estadual para concorrerem à chefia da instituição.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3514035

CEBRASPE (CESPE) - Adv (CAU MG)/CAU MG/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF/1988)

1717) A respeito da organização do Estado, da administração Pública, da organização dos poderes e das funções essenciais à justiça, julgue item seguinte.

Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios maior de trinta e cinco anos de idade pode ser nomeado pelo presidente da República como procurador-geral da República (chefe do Ministério Público da União), após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2064801

CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF/1988)

1718) No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, não depende de autorização do Senado Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156873

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF/1988)

1719) Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Ministério Público e do poder constituinte, julgue o item que se segue.

A avocação de atribuição de membro do Ministério Público pelo procurador-geral do órgão implica quebra na identidade natural do promotor responsável.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208331

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Questões Mescladas de Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF/1988)

1720) Com base nas disposições constitucionais a respeito do Poder Judiciário, das funções essenciais à justiça e entendimento jurisprudencial da CF, julgue o item a seguir.

Na CF, são previstas, como funções essenciais à justiça, não apenas o Ministério Público, mas também a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Proteção, Conservação, Licenciamento, Monitoramento e Qualidade Ambiental/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1721) Acerca da organização dos Poderes do Estado e das funções essenciais à justiça, julgue o item subsequente.

O advogado-geral da União é o chefe da Advocacia-Geral da União, sendo o cargo de livre nomeação pelo presidente da República entre cidadãos maiores de trinta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1722) Julgue o próximo item, acerca das funções essenciais à justiça.

O chefe da Advocacia-Geral da União é o advogado-geral da União, nomeado pelo presidente da República entre integrantes da carreira com mais de trinta e cinco anos de idade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Fotografia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1723) Julgue o item que se segue, tendo como base a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

O assessoramento jurídico do Poder Executivo dos estados cabe aos procuradores dos estados, que ingressam na carreira por concurso público de provas e títulos, sendo vedado o desempenho dessa atividade por ocupante de cargo em comissão.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Aux Per (POLC AL)/POLC AL/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1724) Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item que se segue, relativo aos princípios fundamentais, ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça.

Cabe à Advocacia-Geral da União, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, ao passo que compete ao Ministério Público, instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AFCE (TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1725) Considerando os termos da CF e a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.

É inconstitucional a lei estadual que confere às procuradorias-gerais dos estados competência para controlar serviços jurídicos de autarquias e de fundações públicas.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1726) De acordo com as disposições constitucionais relativas ao Conselho Nacional de Justiça e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

O advogado-geral da União, escolhido pelo presidente da República, deve ser membro de carreira da Advocacia-Geral da União.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1727) De acordo com as disposições constitucionais relativas ao Conselho Nacional de Justiça e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

As procuradorias de estado gozam de autonomia administrativa e financeira.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2007386

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1728) À luz das disposições constitucionais a respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

Aos procuradores dos estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade depois de três anos de efetivo exercício no cargo, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2064804

CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1729) No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

A Constituição Federal de 1988 assegura aos membros da advocacia pública as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de seus subsídios.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2101871

CEBRASPE (CESPE) - Proc DF/PG DF/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1730) A respeito dos Poderes Executivo e Judiciário, das funções essenciais à justiça, do processo legislativo e do controle de constitucionalidade, julgue o item subsequente. Nesse sentido, considere que a sigla CLDF, sempre que empregada, se refere à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Ferirá prerrogativa do governador do DF lei aprovada pela CLDF que estabeleça a obrigatoriedade de o procurador-geral do DF ser escolhido entre os membros da carreira.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1624334

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1731) Compete à Advocacia-Geral da União exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico à Polícia Federal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1191534

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE CE)/MPE CE/2020

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Da Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/1988)

1732) Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue.

A Advocacia-Geral da União é responsável por promover inquérito civil e ação civil pública para proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3625431

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1733) Julgue o seguinte item, acerca de aspectos diversos do direito constitucional.

É inconstitucional a exigência de inscrição do defensor público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício de suas funções públicas.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec Min (MPE TO)/MPE TO/Especializado/Fotografia/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1734) Julgue o item que se segue, tendo como base a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

A defensoria pública é órgão constitucional subordinado ao Poder Executivo e, portanto, faz parte da sua estrutura administrativa.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/"Sem Especialidade"/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1735) Em relação à organização das funções estatais e à defensoria pública, julgue o item subsecutivo.

Devido ao fato de as defensorias públicas serem instrumento para concretizar o direito de acesso ao Poder Judiciário, a atuação delas deve restringir-se à esfera judicial.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Administrativa/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1736) Julgue o item subsequente, a respeito dos Poderes da República.

Será inconstitucional lei que autorize os defensores públicos de determinado estado a exercerem a advocacia fora de suas atribuições institucionais.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Judiciária/Comissário da Infância e da Juventude/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1737) De acordo com a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.

Por ausência de expressa previsão constitucional, a Defensoria Pública não tem a prerrogativa de requisitar certidões, documentos ou informações de autoridades públicas e dos agentes dessas autoridades.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ 02 (TJ ES)/TJ ES/Judiciária/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1738) De acordo com a jurisprudência do STF no que tange a funções essenciais à justiça e aos Poderes Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

O chefe do Poder Executivo estadual dispõe de iniciativa legislativa privativa para apresentar projeto de lei que institua plano de cargos, carreira e vencimentos dos servidores da Defensoria Pública Estadual.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AAAJ (DP DF)/DP DF/Direito e Legislação/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1739) Acerca dos fundamentos da organização dos Poderes e do Distrito Federal, julgue o seguinte item.

Às pessoas naturais e jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que comprovarem insuficiência de recursos é garantida a prestação da assistência jurídica integral e gratuita por meio da Defensoria Pública.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TCE (TCE RJ)/TCE RJ/Técnico/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1740) À luz das disposições constitucionais a respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

Aos defensores públicos é permitido o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais — por exemplo, quando estiverem de férias.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2064802

CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1741) No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

A garantia constitucional de prestação, pelo Estado, de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos é atribuição da Defensoria Pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156865

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1742) Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Ministério Público e do poder constituinte, julgue o item que se segue.

Carece de constitucionalidade a extensão, pelos estados, de foro privilegiado ao chefe da Defensoria Pública estadual.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2159461

CEBRASPE (CESPE) - TAA (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1743) João, empregado celetista em uma sociedade de economia mista, foi dispensado por seu empregador com base em lei estadual que alterou a legislação trabalhista. Irresignado com a situação, João procurou a Defensoria Pública (DP), com o objetivo de promover a defesa, no âmbito judicial e administrativo, dos seus direitos individuais sem qualquer custo financeiro. Com a declaração de insuficiência de recursos de João, o defensor ajuizou ação judicial visando a desconstituição da dispensa trabalhista, alegando a inconstitucionalidade da lei estadual.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item que se segue, com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

Foi equivocada a decisão de João de procurar a DP, uma vez que ela é instituição que faz a defesa judicial aos necessitados, mas não tem competência para fazer a defesa extrajudicial.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2159462

CEBRASPE (CESPE) - TAA (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1744) João, empregado celetista em uma sociedade de economia mista, foi dispensado por seu empregador com base em lei estadual que alterou a legislação trabalhista. Irresignado com a situação, João procurou a Defensoria Pública (DP), com o objetivo de promover a defesa, no âmbito judicial e administrativo, dos seus direitos individuais sem qualquer custo financeiro. Com a declaração de insuficiência de recursos de João, o defensor ajuizou ação judicial visando a desconstituição da dispensa trabalhista, alegando a inconstitucionalidade da lei estadual.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item que se segue, com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

Foi correta a decisão de João de procurar a DP, uma vez que a instituição defende os direitos individuais dos cidadãos que declarem insuficiência de recursos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2159463

CEBRASPE (CESPE) - TAA (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1745) João, empregado celetista em uma sociedade de economia mista, foi dispensado por seu empregador com base em lei estadual que alterou a legislação trabalhista. Irresignado com a situação, João procurou a Defensoria Pública (DP), com o objetivo de promover a defesa, no âmbito judicial e administrativo, dos seus direitos individuais sem qualquer custo financeiro. Com a declaração de insuficiência de recursos de João, o defensor ajuizou ação judicial visando a desconstituição da dispensa trabalhista, alegando a inconstitucionalidade da lei estadual.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item que se segue, com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

Foi correta a decisão de João de procurar a DP, porquanto ela é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AAE (SEE PE)/SEE PE/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1746) No que diz respeito aos Poderes Legislativo e Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

As defensorias públicas são voltadas à proteção dos direitos individuais das pessoas necessitadas, mas podem também defender interesses coletivos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Prom Jus (MPE SC)/MPE SC/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1747) Acerca das normas constitucionais referentes às funções essenciais à justiça, julgue o próximo item.

A postulação em juízo para a defesa de direitos e interesses das populações indígenas cabe exclusivamente à Defensoria Pública.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AFCA (SEFAZ AL)/SEFAZ AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1748) Considerando temas relacionados às funções essenciais à justiça, especialmente quanto à advocacia e à defensoria pública, julgue o item a seguir, tendo como referência o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

A omissão estatal que inviabilize a pessoas carentes o direito fundamental à defensoria pública enseja intervenção jurisdicional que vise implementar programa constitucional destinado a conferir acesso gratuito aos desassistidos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Gestão de Ativos e Parcerias/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1749) O Ministério da Justiça firmou acordo de cooperação com a Defensoria Pública e o Conselho Nacional de Justiça, o qual possibilita ao Estado a prestação de assistência jurídica gratuita a todos que declararem insuficiência de recursos.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se seguem, referentes aos órgãos envolvidos e ao direito objeto do acordo.

O acordo firmado está em sintonia com o texto constitucional, o qual prevê que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que declararem insuficiência de recursos.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Gestão de Ativos e Parcerias/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

1750) O Ministério da Justiça firmou acordo de cooperação com a Defensoria Pública e o Conselho Nacional de Justiça, o qual possibilita ao Estado a prestação de assistência jurídica gratuita a todos que declararem insuficiência de recursos.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se seguem, referentes aos órgãos envolvidos e ao direito objeto do acordo.

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado e possui como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Aud (FUB)/FUB/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1751) Julgue o item a seguir, no que se refere a diversos aspectos do direito constitucional.

O presidente da República deverá solicitar previamente a autorização do Congresso Nacional para decretar o estado de sítio.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1752) Com base nas disposições da CF, julgue o próximo item.

A decretação do estado de sítio e do estado de defesa pelo presidente da República requer prévia autorização do Congresso Nacional.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1753) Acerca da intervenção federal nos estados e da decretação dos estados de defesa e de sítio, julgue o item seguinte.

O presidente da República pode, após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa, a fim de preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1754) Acerca da intervenção federal nos estados e da decretação dos estados de defesa e de sítio, julgue o item seguinte.

O decreto do estado de defesa deve ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta, e, caso rejeitado, o estado de defesa cessará imediatamente.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc Leg (CM Maceió)/CM Maceió/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1755) Acerca da intervenção federal nos estados e da decretação dos estados de defesa e de sítio, julgue o item seguinte.

O presidente da República pode decretar estado de sítio em locais restritos e determinados, visando preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc (Cach Itapemirim)/Pref Cach Itapemirim/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1756) No que se refere à advocacia pública, ao controle de constitucionalidade e à defesa da democracia, julgue o item subsequente.

As medidas constitucionais relativas ao estado de defesa e ao estado de sítio, no regime constitucional de 1988, têm caráter de temporariedade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - ERSPT (ANATEL)/ANATEL/Contabilidade (Ciências Contábeis)/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1757) Com base nas disposições da CF acerca da forma e do sistema de governo, bem como da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item a seguir.

O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, entre as quais estão restrições ao sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Per Crim (POLC AL)/POLC AL/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1758) No que concerne à defesa do Estado e das instituições democráticas, com fundamento na CF vigente, julgue o próximo item.

A incomunicabilidade do preso é admissível entre as restrições aos direitos que vigoram durante o estado de defesa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2339368

CEBRASPE (CESPE) - Per Crim (POLC AL)/POLC AL/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1759) No que concerne à defesa do Estado e das instituições democráticas, com fundamento na CF vigente, julgue o próximo item.

Compete à mesa do Congresso Nacional indicar comissão para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1883955

CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1760) A respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas e do estado de sítio, julgue o item a seguir.

Em caso de necessidade, por comoção grave de repercussão nacional, o presidente da República pode, desde que ouvido o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Senado Federal autorização para decretar o estado de sítio no país.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2208394

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Geral/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1761) Considerando as atribuições e responsabilidades do presidente da República e do Congresso Nacional, julgue o item a seguir.

É competência exclusiva do Congresso Nacional a aprovação, em até trinta dias, do estado de defesa, da intervenção federal e do estado de sítio decretados pelo presidente da República.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1611282

CEBRASPE (CESPE) - PRF/PRF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1762) A respeito do regime constitucional da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item que se segue.

Durante a vigência do estado de sítio, as imunidades parlamentares poderão ser suspensas pelo voto de dois terços dos membros da respectiva casa legislativa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1611283

CEBRASPE (CESPE) - PRF/PRF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1763) A respeito do regime constitucional da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item que se segue.

Em caso de decretação do estado de sítio em razão de comoção interna autorizada pelo Congresso Nacional, admite-se a suspensão de todas as garantias constitucionais.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1727783

CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM AL)/CBM AL/Combatente/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1764) Considerando o entendimento da doutrina e da jurisprudência a respeito da administração pública, da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o próximo item.

A decretação de estado de sítio permite ao poder público restringir a liberdade de ir e vir do cidadão, com a utilização de força armada, obrigando, por exemplo, a população a se manter em quarentena total.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM AL)/CBM AL/Combatente/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

1765) Considerando o entendimento da doutrina e da jurisprudência a respeito da administração pública, da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o próximo item.

Tanto a decretação do estado de defesa quanto a decretação do estado de sítio pressupõem a atuação das Forças Armadas e são condicionadas a autorização prévia do Congresso Nacional, por maioria absoluta, e a prévia audiência do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ (STM)/STM/Administrativa/"Sem Especialidade"/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Forças Armadas (arts. 142 e 143 da CF/1988)

1766) Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item seguinte, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e, no que couber, com a jurisprudência do STF.

Não cabe impetração de *habeas corpus* em face de punições disciplinares militares.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Forças Armadas (arts. 142 e 143 da CF/1988)

1767) A respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas e do estado de sítio, julgue o item a seguir.

Legislação proposta pela Câmara dos Deputados e aprovada no Senado Federal por maioria relativa dos membros de ambas as casas legislativas pode estabelecer normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas no país para defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM AL)/CBM AL/Combatente/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Forças Armadas (arts. 142 e 143 da CF/1988)

1768) Considerando o entendimento da doutrina e da jurisprudência a respeito da administração pública, da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o próximo item.

Oficial do Corpo de Bombeiros do Estado de Alagoas só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM AL)/CBM AL/Combatente/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Forças Armadas (arts. 142 e 143 da CF/1988)

1769) Considerando o entendimento da doutrina e da jurisprudência a respeito da administração pública, da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o próximo item.

Embora estejam sob a autoridade suprema do presidente da República, as Forças Armadas podem atuar para a garantia da lei e da ordem quando assim determinado por iniciativa de qualquer um dos três poderes.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Adm (PF)/PF/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1770) Com base nas disposições da CF e no entendimento do STF, julgue o item que se seguem.

A Polícia Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem como atribuição o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária da União.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Aud (FUB)/FUB/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1771) Julgue o item a seguir, no que se refere a diversos aspectos do direito constitucional.

Caso agentes penitenciários federais venham a falecer em decorrência de agressão sofrida no exercício de suas funções, seus cônjuges ou companheiros terão direito ao recebimento de pensão por morte vitalícia, que deve ser paga em valor correspondente à remuneração do cargo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3546925

CEBRASPE (CESPE) - PCF/PF/Área 1/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1772) Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e em seus princípios e normas, julgue o item a seguir.

Os corpos de bombeiros militares integram o sistema de segurança pública, a eles incumbindo a execução das atividades de defesa civil.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3552593

CEBRASPE (CESPE) - EPF/PF/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1773) Julgue o próximo item, relativo à organização da segurança pública e à proteção aos indígenas e ao meio ambiente, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988.

Cabe à Polícia Federal exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, dos estados e do Distrito Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3552598

CEBRASPE (CESPE) - EPF/PF/2025

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1774) Julgue o próximo item, relativo à organização da segurança pública e à proteção aos indígenas e ao meio ambiente, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988.

O patrulhamento ostensivo das ferrovias federais compete à Polícia Rodoviária Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2972526

CEBRASPE (CESPE) - CGM (Cach Itapemirim)/Pref Cach Itapemirim/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1775) Município de Cachoeiro de Itapemirim, na Lei federal n.º 13.022/2014 e na Lei municipal n.º 6.672/2012, que institui a Guarda Civil Municipal (CGM), julgue o item a seguir.

É de competência privativa do município, em razão da natureza da matéria, criar a guarda civil municipal destinada à proteção de bens, serviços e instalações dos municípios.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3118206

CEBRASPE (CESPE) - Arqt e Urb (FNDE)/FNDE/2024

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1776) Acerca da organização da segurança pública, julgue o item a seguir.

A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares e polícias penais federal, estaduais e distrital.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2339366

CEBRASPE (CESPE) - Per Crim (POLC AL)/POLC AL/Direito/2023

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1777) No que concerne à defesa do Estado e das instituições democráticas, com fundamento na CF vigente, julgue o próximo item.

Exercer as funções de polícia judiciária e apurar infrações penais em geral são atribuições das polícias civis dos estados e do Distrito Federal, ressalvada a competência da União.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1883967

CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1778) A Constituição Federal de 1988 estabelece normas a respeito da segurança pública, a ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Sobre o tema, julgue o seguinte item.

O Poder Judiciário pode determinar que o Estado implemente políticas públicas no campo da segurança pública se caracterizada inadimplência quanto a tal dever constitucional.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1883968

CEBRASPE (CESPE) - DP RS/DPE RS/2022

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1779) A Constituição Federal de 1988 estabelece normas a respeito da segurança pública, a ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Sobre o tema, julgue o seguinte item.

O rol de órgãos encarregados do exercício da segurança pública, previsto na Lei Maior, não é taxativo, permitindo-se aos estados-membros e ao Distrito Federal a criação de outros órgãos com a mesma função.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1624322

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1780) Considerando a posição majoritária e atual do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue o item a seguir, a respeito dos fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais, do Poder Judiciário, da segurança pública e das atribuições constitucionais da Polícia Federal.

Devido ao fato de a Força Nacional de Segurança Pública ser um programa de cooperação federativa ao qual podem aderir os entes federados, é inconstitucional o seu emprego em território de estado-membro sem a anuência de seu governador.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1624329

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1781) Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item subsequente.

Compete à Polícia Federal exercer as funções de polícia marítima.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1654958

CEBRASPE (CESPE) - EspFAEP (DEPEN)/SENAPPEN/Enfermagem/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1782) À luz das disposições constitucionais relativas aos direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, Poder Executivo, segurança pública e ordem social, julgue o item subsequente.

No caso de, ocorrendo um fato em determinada rodovia federal, serem acionados o corpo de bombeiros militar, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, as funções de polícia judiciária serão exercidas pela Polícia Rodoviária Federal, dado o local de ocorrência do fato.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1656968

CEBRASPE (CESPE) - AgFEP (DEPEN)/SENAPPEN/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1783) Agente penitenciário iniciou procedimento visando apurar suposta prática de ato racista, ocorrido dentro do estabelecimento prisional, cometido por um fornecedor contra um detento.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A ação do agente penitenciário de iniciar procedimento de apuração foi correta, uma vez que competem às polícias penais a segurança dos estabelecimentos penais e a apuração de infrações penais ocorridas nesses estabelecimentos.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1692464

CEBRASPE (CESPE) - Esc Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1784) Determinado cidadão norte-americano em férias em Brasília cometeu o crime de homicídio ao fugir da cena de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, supostamente por ele praticado. Após o crime, ele fugiu para o hotel onde se encontrava hospedado desde que chegou ao Brasil. Cinco minutos após ter adentrado em seu quarto, a polícia invadiu o local e conseguiu prendê-lo.

Considerando a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, a partir da situação hipotética precedente.

Considerando-se as competências das forças policiais constantes da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a ação policial narrada foi realizada pela Polícia Civil do Distrito Federal, uma vez que ela é a responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública. Entretanto, a prisão poderia ter sido realizada pela polícia federal, que detém competência para prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1698824

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1785) No que se refere à segurança pública, julgue o item a seguir.

A polícia civil estadual deve ser dirigida por delegado de polícia de carreira e tem como atribuições apurar infrações penais bem como prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1698826

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1786) No que se refere à segurança pública, julgue o item a seguir.

O exercício do direito de greve é vedado aos policiais civis que atuam diretamente na área de segurança pública.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1727781

CEBRASPE (CESPE) - Of (CBM AL)/CBM AL/Combatente/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1787) Considerando o entendimento da doutrina e da jurisprudência a respeito da administração pública, da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o próximo item.

Na condição de órgão integrante da segurança pública, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, o corpo de bombeiros militar tem a atribuição de exercer as funções de polícia marítima.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1730805

CEBRASPE (CESPE) - Sold (PM AL)/PM AL/Combatente/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1788) Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

As polícias militares estaduais subordinam-se aos governadores dos seus respectivos estados.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1789) No que se refere a agentes públicos, julgue o item a seguir.

Às polícias civis incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, administrativas e, eventualmente, militares.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1790) Com base nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da segurança pública, julgue o item subsequente.

O exercício do direito de greve por policiais civis somente é aceito pela CF quando comprovadamente não houver prejuízo para a segurança pública.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1791) Com base nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da segurança pública, julgue o item subsequente.

A segurança pública tem como finalidades precípuas preservar a ordem pública e garantir a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1792) Com base nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da segurança pública, julgue o item subsequente.

A repressão do crime de tráfico de entorpecentes que não tenha repercussão internacional é atribuição das polícias estaduais.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1793) Com base nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da segurança pública, julgue o item subsequente.

Considere que um sargento militar, de posse de cartão bancário furtado de um colega, também militar, tenha sacado quantia da conta-corrente deste. Nesse caso, a apuração da conduta do sargento militar será atribuição da polícia civil.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1794) Com base nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da segurança pública, julgue o item subsequente.

A execução das atividades inerentes à defesa civil, assim como das de preservação da ordem pública, cabe, precipuamente, às polícias militares.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Esc Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1795) Acerca da segurança pública no âmbito constitucional, julgue o item a seguir.

As polícias civis estaduais devem ser necessariamente dirigidas por delegados de polícia de carreira e são subordinadas aos respectivos governadores dos estados.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1740729

CEBRASPE (CESPE) - Esc Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1796) Acerca da segurança pública no âmbito constitucional, julgue o item a seguir.

Às polícias civis estaduais compete apurar infrações penais e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1740730

CEBRASPE (CESPE) - Esc Pol (PC AL)/PC AL/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1797) Acerca da segurança pública no âmbito constitucional, julgue o item a seguir.

A remuneração dos policiais civis deve ser fixada exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer outra espécie remuneratória.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1796683

CEBRASPE (CESPE) - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1798) Com relação ao Poder Executivo e à defesa do Estado e das instituições democráticas na CF, julgue o item subsequente.

O exercício das funções de polícia judiciária da União é de competência exclusiva da Polícia Federal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1796684

CEBRASPE (CESPE) - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1799) Com relação ao Poder Executivo e à defesa do Estado e das instituições democráticas na CF, julgue o item subsequente.

As polícias civis são subordinadas aos governadores dos estados-membros, e a elas competem as funções de polícia judiciária, a apuração de infrações penais — à exceção das militares — e a execução das atividades de defesa civil.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1896375

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Formação e Capacitação/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1800) A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. No que se refere a esse assunto, julgue o item que se segue.

As polícias civis dos estados detêm atribuição para a apuração das infrações penais, ressalvadas as de competência federal e as militares.

Certo
Errado

1601) Certo	1602) Errado	1603) Certo	1604) Errado	1605) Certo	1606) Certo	1607) Certo
1608) Anulada	1609) Errado	1610) Errado	1611) Errado	1612) Errado	1613) Certo	1614) Errado
1615) Certo	1616) Errado	1617) Errado	1618) Certo	1619) Errado	1620) Certo	1621) Anulada
1622) Certo	1623) Certo	1624) Certo	1625) Errado	1626) Certo	1627) Certo	1628) Errado
1629) Errado	1630) Errado	1631) Certo	1632) Certo	1633) Certo	1634) Certo	1635) Certo
1636) Certo	1637) Errado	1638) Certo	1639) Errado	1640) Errado	1641) Errado	1642) Certo
1643) Errado	1644) Errado	1645) Certo	1646) Certo	1647) Errado	1648) Errado	1649) Errado
1650) Errado	1651) Errado	1652) Errado	1653) Certo	1654) Certo	1655) Certo	1656) Errado
1657) Certo	1658) Errado	1659) Errado	1660) Certo	1661) Certo	1662) Errado	1663) Errado
1664) Certo	1665) Errado	1666) Certo	1667) Errado	1668) Certo	1669) Errado	1670) Certo
1671) Certo	1672) Certo	1673) Errado	1674) Certo	1675) Certo	1676) Errado	1677) Certo
1678) Certo	1679) Errado	1680) Errado	1681) Errado	1682) Certo	1683) Errado	1684) Certo
1685) Errado	1686) Errado	1687) Errado	1688) Certo	1689) Errado	1690) Errado	1691) Errado
1692) Certo	1693) Certo	1694) Certo	1695) Certo	1696) Errado	1697) Errado	1698) Errado
1699) Certo	1700) Certo	1701) Errado	1702) Certo	1703) Errado	1704) Errado	1705) Errado
1706) Certo	1707) Errado	1708) Anulada	1709) Errado	1710) Errado	1711) Certo	1712) Errado
1713) Certo	1714) Anulada	1715) Certo	1716) Errado	1717) Certo	1718) Errado	1719) Certo
1720) Certo	1721) Certo	1722) Errado	1723) Certo	1724) Errado	1725) Errado	1726) Errado
1727) Errado	1728) Certo	1729) Errado	1730) Certo	1731) Certo	1732) Errado	1733) Certo
1734) Errado	1735) Errado	1736) Certo	1737) Errado	1738) Errado	1739) Certo	1740) Errado
1741) Certo	1742) Certo	1743) Errado	1744) Errado	1745) Certo	1746) Certo	1747) Errado
1748) Certo	1749) Errado	1750) Certo	1751) Certo	1752) Errado	1753) Errado	1754) Certo
1755) Errado	1756) Certo	1757) Certo	1758) Errado	1759) Certo	1760) Errado	1761) Errado
1762) Anulada	1763) Anulada	1764) Certo	1765) Errado	1766) Certo	1767) Errado	1768) Certo
1769) Certo	1770) Certo	1771) Certo	1772) Certo	1773) Errado	1774) Errado	1775) Certo
1776) Certo	1777) Errado	1778) Certo	1779) Errado	1780) Certo	1781) Certo	1782) Errado
1783) Errado	1784) Errado	1785) Anulada	1786) Certo	1787) Errado	1788) Certo	1789) Errado
1790) Errado	1791) Certo	1792) Errado	1793) Certo	1794) Errado	1795) Certo	1796) Anulada
1797) Certo	1798) Certo	1799) Errado	1800) Certo			